

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.666 - SC (2019/0017883-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : GIOVANI SCHUPEL JUNIOR
ADVOGADO : JULIANE GONZAGA SCOPEL E OUTRO(S) - SC031633
AGRAVADO : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADA : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E OUTRO(S) - SC025421

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA DE COBERTURA SECURITÁRIA. AUSÊNCIA DO PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 7 E 211 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

GIOVANI SCHUPEL JUNIOR (GIOVANI) ajuizou ação de cobrança de seguro contra a METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. (METROPOLITAN).

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido, fixando os honorários advocatícios no percentual de 15% sobre o valor da condenação.

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao apelo do GIOVANI e deu parcial provimento à apelação da METROPOLITAN em acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. JUÍZO A QUO QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO EXORDIAL. IRRESIGNAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. AGRAVO RETIDO DA RÉ. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA QUE ESTA CORTE ANALISE ESSE INCONFORMISMO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 523, CAPUT E § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, QUE ERA O REGRAMENTO VIGENTE AO TEMPO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INCIDENTAL. NÃO CONHECIMENTO.

APELO DO AUTOR. ALMEJADA A REPARAÇÃO PELA INTEGRALIDADE DO CAPITAL SEGURADO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA TABELA CONSTANTE NAS CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO. INDENIZAÇÃO

QUE DEVE SER PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE. ESTIPULANTE QUE SE TRATA DE MANDATÁRIO DO AUTOR. CONTRATAÇÃO EM BENEFÍCIO DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PERGAMINHO CONSUMERISTA.

APELO DA RÉ. SOMA DE INDENIZAÇÕES SOBRE A MESMA INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM MINORADO. SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO. CONTENDORES QUE SÃO VENCEDORES E VENCIDOS. DESPESAS ARCADAS PROPORCIONALMENTE. HONORÁRIOS. BALIZAMENTO CONFORME O § 2º DO ART. 85 DO CÓDIGO FUX. COMPENSAÇÃO OBSTADA. § 14 DO MESMO COMANDO NORMATIVO. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO, APELO DO AUTOR DESPROVIDO E RECURSO DA RÉ PROVIDO PARCIALMENTE (e-STJ, fl. 604).

Irresignado, GIOVANI interpôs recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, em que apontou a violação do art. 156 do NCPC, sustentando, em síntese, que o juiz deve ser assistido por perito quando a prova depender de conhecimento técnico ou científico.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 7 do STJ.

GIOVANI, então, interpôs o presente agravo impugnando o fundamento da decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 687/692).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da análise das razões recursais, infere-se que o conteúdo normativo contido no dispositivo legal tido por violado não foi objeto de deliberação pelo acórdão recorrido. Ausente a alegação de violação do art. 1.022 do NCPC, de molde a suprir eventual omissão do Tribunal de origem, o apelo nobre não pode ser conhecido em virtude do disposto na Súmula 211 do STJ.

A par disso, conforme bem anotado pela decisão agravada, o apelo nobre, pudesse ser conhecido, esbarraria nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, pois, tendo o acórdão recorrido motivado adequadamente a decisão recorrida, a pretendida revisão das conclusões do acórdão recorrido dependeria do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente vedado em recurso especial.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor do GIOVANI, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator